

## Dilma x Serra



Artigos de Chico de Oliveira, Carlos Eduardo Martins e Claudio Salm discutem os caminhos do Estado e da política econômica, caso um desses dois candidatos venha a presidir o país.

**Juíza Kenarik afirma em artigo que crimes de torturadores são de lesa-humanidade e imprescritíveis;  
Nildo Ouriques analisa o embróglio do Banco Central Argentino**

## Editorial

## O significado da polarização Dilma x Serra

■ A próxima eleição presidencial não tem ainda candidatos definidos. Contudo, há uma crença generalizada da disputa vir a ser polarizada entre a atual ministra-chefe da Casa Civil Dilma Rouseff, recentemente formalizada como pré-candidata do PT, e o atual governador de São Paulo, José Serra.

Apesar de todas as indefinições ainda existentes, as regras eleitorais vigentes e particularmente os esquemas de financiamento de campanhas, cada vez mais milionárias, nos permitem afirmar que as possibilidades dessa disputa se tornar realidade são bastante elevadas.

Esse futuro possível cenário nos levou a procurar fazer uma inovação nessa presente edição do *JE*. Ao invés de uma entrevista em nossas páginas centrais, apresentamos aos nossos leitores diferentes respostas para a seguinte indagação: *frente à possível disputa presidencial entre Dilma e Serra, quais os caminhos do Estado, da política econômica e de distribuição de rendas no Brasil, caso um desses dois candidatos venha a presidir o país? Haveria diferenças?*

Escolhemos ouvir Carlos Eduardo Martins, professor de Ciência Política do IFCS/UFRJ, Carlos Salm, professor de Economia do IE-UFRJ e Francisco Oliveira, um dos fundadores do CEBRAP. São opiniões bastante diferenciadas e nos ajudam a entender o complexo quadro político, econômico e social em que nos encontramos. Pensamos em estimular cada um de nós à reflexão sobre o nosso momento político e as opções que podem se desenhar a nossa frente.

Completando essa edição, destacamos o artigo de Nildo Ouriques, que procura retirar lições do recente conflito envolvendo o governo argentino e o seu próprio Banco Central; o artigo da Juíza Kenarik Boujikian Felipe, da Associação Juízes para a Democracia, que volta ao polêmico tema da extensão do alcance da Lei da Anistia; e as páginas dedicadas ao Fórum Popular do Orçamento, desta feita abordando o tratamento do Planejamento Urbano, no Orçamento do município do Rio de Janeiro. 

## SUMÁRIO

- 3 BC Argentino  
Nildo Ouriques  
**Os segredos do Banco Central**
- 5 Dilma x Serra  
Carlos Eduardo Martins  
**As Perspectivas da Próxima Década e as Eleições Brasileiras de 2010**
- 7 Dilma x Serra  
Claudio Salm  
**Quem sou eu e quem és tu**
- 9 Dilma x Serra  
Francisco de Oliveira  
**Serra versus Dilma: convergência das diferenças**
- 11 PNDH  
Kenarik Boujikian Felipe  
**Anistia não se aplica aos torturadores**
- 14 Fórum Popular do Orçamento  
**Planejamento Urbano no Orçamento Municipal**
- 16 Campanha de Recadastramento do Cofecon  
**Balanco Patrimonial**

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 8h às 10h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz ou na internet: [www.programafaixalivre.org.br](http://www.programafaixalivre.org.br)

**JE** JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ  
E SINDECON - RJ  
Issn 1519-7387

**Conselho Editorial:** Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, Gisele Rodrigues, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha, Ruth Espinola Soriano de Mello e Sidney Pascotto da Rocha • **Jornalista Responsável:** Marcelo Cajueiro • **Edição:** Diagrama Comunicações Ltda (CNPJ: 74.155.763/0001-48; tel.: 21 2232-3866) • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21 2437-2960) - [rossana.henriques@gmail.com](mailto:rossana.henriques@gmail.com) • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Fotolito e Impressão:** Folha Dirigida • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** [imprensa@corecon-rj.org.br](mailto:imprensa@corecon-rj.org.br)

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

## CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900  
**Telefax:** (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** [corecon-rj@corecon-rj.org.br](mailto:corecon-rj@corecon-rj.org.br)  
**Internet:** <http://www.corecon-rj.org.br>

**Presidente:** João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Sidney Pascotto da Rocha • **Conselheiros Efetivos:** 1º Terço: (2008-2010): Luiz Mario Benhken, Ruth Espinola Soriano Mello, João Paulo de Almeida Magalhães – 2º terço (2009-2011): Gilberto Caputo

Santos, Edson Peterli Guimarães, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2010-2012): Carlos Henrique Tibiriça Miranda, Sidney Pascotto Rocha, José Antônio Lutterbach Soares • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço: (2008-2010): Arthur Câmara Cardozo, Regina Lúcia Gadioli dos Santos – 2º terço: (2009-2011): André Luiz Rodrigues Osório, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Miguel Antônio Pinho Bruno – 3º terço: (2010-2012): Ângela Maria de Lemos Gelli, José Ricardo de Moraes Lopes, Marcelo Jorge de Paula Paixão.

## SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535  
**Telefax:** (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** [sindecon@sindecon.org.br](mailto:sindecon@sindecon.org.br)

**Coordenador Geral:** Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Relações Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Relações Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Membros da Coordenação de Relações Institucionais:** Abraão Oigman, Antônio Melki, Paulo Sergio Souto e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Membros da Coordenação de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Membros da Coordenação de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas, e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** José Fausto Ferreira, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

# Os segredos do Banco Central

■ Nildo Ouriques\*

O economista conservador J.A. Schumpeter registrou em sua *História da Análise Econômica* uma tendência que se confirma plenamente quando analisamos o recente conflito entre a presidenta Cristina Kirchner e o ex-presidente do Banco Central, Martín Redrado. Na análise sobre a situação inglesa, Schumpeter assinou a tendência de acusar o Banco de Inglaterra por tudo o que resultava desagradável no país:

*“Há que ter presente esta tendência, sempre robusta e plenamente compartilhada pela maioria dos escritores; desde Ricardo até o mais simples ho-*

*mem da rua, todo mundo converteu o banco central em bode expiatório, iniciando um costume que os economistas conservam até o dia de hoje. O banco não podia defender-se – não, ao menos, publicamente – pois sua única defesa eficaz consistiria em trair os segredos do governo, e os políticos no poder têm muitos meios para fazer sentir seu ressentimento.”<sup>1</sup>*

A esquecida advertência schumpeteriana ganhou ares de novidade no recente conflito entre os dois personagens argentinos. Descontente com a

determinação presidencial de utilizar as reservas do país para um fim que convenientemente considerou “ilegal”, Martín Redrado não vacilou em evocar a lei na tentativa sabidamente inútil de enfrentar a Presidenta da República. Redrado, óbvio era, perdeu o cargo; mas não o fez sem deixar o rei nu: menemista de carteirinha, o economista denunciou a presidenta como fiel pagadora da dívida externa Argentina, apresentando preocupação desenvolvimentista com o destino da riqueza nacional. Com a conhecida sobriedade que os economistas ensaiam em momentos de conflito, afirmou que a determinação presidencial era

*ilegal* e que, na condição de presidente do BC, não poderia violar as leis do país. Não é usual que um funcionário recorde ao presidente da república o dever de respeitar as leis e a constituição; ao contrário, podemos afirmar que os burocratas – do primeiro ao terceiro escalão – estão, em geral, à espera da conhecida cumplicidade do chefe supremo para estafar o estado em proveito próprio e/ou de seus amigos empresários e banqueiros. Menos frequente ainda é escutar tamanha preocupação com o respeito às leis de um funcionário que cresceu na sombra dos mandatos do ex-presidente Carlos Menem, homem que não se livrará em vida de tantos processos judiciais por violar as leis de seu país durante uma década inteira, época em que a Argentina aprofundou o endividamento externo de maneira inédita por métodos que seguiram sendo tão ilegais quanto aqueles aplicados por Martinez de Hoz durante a ditadura.

Martín Redrado sabe que, ao contrário do Brasil, o tema da dívida externa é de domínio público na Argentina. A consciência pública sobre este problema central da política contemporânea no país deve-se ao fato de que o juiz federal Jorge Ballesteros reconheceu que a dívida contraída na ditadura militar era um claro produto de atos ilegais e de operações fraudulentas. A demanda do jornalis-



Fleider

ta Alendro Olmos tramita nos tribunais juntamente com outras três ações, todas destinadas ao mesmo objetivo: o reconhecimento de que a dívida não possui legitimidade para seguir submetendo as maiorias ao controle dos comportados e quase invisíveis banqueiros. Desde então – 13 de junho de 2000 – os donos do poder perderam a áurea de seriedade com que os economistas tentam justificar o endividamento externo e seu religioso “pagamento”. Ao evocar em sua defesa o caráter ilegal da medida presidencial – a utilização das reservas para pagamento de dívidas – Redrado sabia que atacava a presidenta Cristina em seu flanco débil: seria no mínimo desconfortável para a mandatária ver-se na condição de justificar o uso de reservas para pagar parte dos juros da dívida externa num mundo em que a figura do banqueiro não é precisamente popular e que, além de tudo, possui este indesejável contencioso nos tribunais. Ademais, Redrado atingia com precisão a aliança de classe que finalmente justifica a permanência da presidenta no poder: o controle sobre as classes subalternas com a promessa de desenvolvimento futuro (trabalho e salários) e o estrito respeito aos interesses da aristocracia financeira que dirige, de fato, o país. Após a eclosão da crise mundial do capitalismo, ficou ainda mais difícil manter esta aliança sem declarar que o compromisso é insustentável nas condições atuais e que, no limite, a fórmula que “salvou” a Argentina do caos na grande crise de 2001 enfrenta neste momento um teste difícil, sobretudo porque os proprietários de terra exibem, como sempre, sua força e sua independência em relação aos governos.



Os banqueiros são discretos há pelo menos sete séculos. Há bons relatos históricos revelando a predileção dos homens das altas finanças pela invisibilidade pública. Não entram em polêmicas políticas, não disputam cargos eletivos e raramente cedem entrevistas. Os funcionários dos bancos centrais herdaram este DNA dos banqueiros europeus construído por séculos de estafa sobre povos e estados, pois grande parte deles fez carreira e, de fato, são funcionários de bancos privados. Neste contexto, a inesperada rebeldia do ex-presidente do banco central argentino não deixa de ser uma novidade. Contudo, esta súbita explosão provocou efeitos inesperados ao recolocar a questão do endividamento externo do país no centro do debate público. O governo tentou limitar o litígio a uma questão de autoridade política. Os grandes jornais, fazendo uso da “liberdade de imprensa”, mantiveram a ordem unida que caracteriza todo batalhão: o conflito era, além de uma disputa de poder, uma questão meramente jurídica. Mas setores da oposição de esquerda, especialmente do Projeto Sur, encabeçado por Fernando Pino Solanas, indicou o ponto nevrálgico: a medida da presidente era inaceitável

porque as reservas seriam utilizadas para o pagamento de uma *dívida ilegítima*. Segundo Alejandro Olmos, um estudioso sobre o processo de endividamento dos países latino-americanos, “a dívida da ditadura foi parcialmente refinanciada durante o governo de Alfonsín” e o governo de Menem adotou o Plano Brady, outro mecanismo de estafa ilegal do estado argentino<sup>1</sup>. Por esta razão, desde 1996 cresceu a emissão de títulos no país: 1996, US\$ 4.500 bilhões; 1997, US\$ 5.900 bilhões; 1998, US\$ 12.000 bilhões; 1999, US\$ 16.013 bilhões; 2000, US\$ 18.000 bilhões; e, finalmente 2001, US\$ 21 bilhões. Mas como sabemos as emissões de títulos nunca são suficientes para “pagar” a dívida, ou seja, os juros e amortizações de contratos sempre leoninos. A consequência necessária é que o estado se encontra diante de uma necessidade criada para obrigá-lo a contrair novos empréstimos, o que torna a dívida um instrumento de dominação política inaceitável para um país soberano. Entra em operação o “automatismo da dívida”, na feliz expressão de Franz Hinkelammert.

Menemista de carteirinha, neoclássico convicto, Martin Redrado foi substituído por Mercedes Marcó del Pont, mulher de extração “desenvolvimentista”, seja lá o que isso significa atualmente. Galbraith afirmou certa vez que jamais uma mulher ocupou a presidência do banco central e que a instituição parecia reservada exclusivamente aos homens. O conflito recente na Argentina permitiu a presença de uma mulher na presidência de um banco central, rompendo uma tradição que parecia assegurada por direito canônico. O comportamento do ex-pre-

sidente Redrado também violou uma norma sagrada para o mundo das finanças: o silêncio e a discrição necessários a todos aqueles que guardam os segredos do rei e, com eles, acumulam poder e dinheiro – nesta ordem – aos banqueiros nacionais e internacionais. A despeito do futuro e das surpresas que certamente ainda veremos no curto prazo na Argentina, é importante reconhecer que a sagrada “autonomia” do banco central, ou seja, o direito que banqueiros pretendem de usurpar para proveito próprio uma posição chave do estado nacional, saiu consideravelmente arranhada. Não creio que o atual “desenvolvimentismo” que tragou Redrado possa resolver a contradição que animou o conflito em favor das maiorias argentinas. Mas a incapacidade da presidenta Cristina em oferecer uma saída para a crise do país revela que as contradições e antagonismos da sociedade argentina exigem novas forças que, em parte, já existem no país. De resto, o episódio revela que entre as frações das classes dominantes também existem contradições que a conjuntura atual tende a intensificar. Ainda não chegou a hora de varrer isso tudo em favor de um projeto nacional-popular sustentado pela forças das maiorias, mas não podemos eliminar esta hipótese exatamente quando os mesmos defensores da ordem estão rasgando as tradições que sustentam seu poder. ☞

\* Nildo Ouriques é professor do Departamento de Economia e presidente do Instituto de Estudos Latino-Americanos da UFSC. E-mail: nildo@cse.ufsc.br.

1 Schumpeter, J.A. *Historia del Análisis Económico*, p. 761, Ariel, Barcelona, 1994.

2 Olmos, Alejandro. *Porqué la deuda es ilegal*. www.iela.ufsc.br.

# As Perspectivas da Próxima Década e as Eleições Brasileiras de 2010

■ Carlos Eduardo Martins

**A**s eleições de 2010 se desenvolvem num contexto de grandes mudanças internacionais e de crescente projeção brasileira nos cenários regional e mundial, sublinhando a sua importância estratégica. Que possibilidades a conjuntura mundial abre ao desenvolvimento do Estado brasileiro e ao alcance das metas de crescimento sustentado, inclusão social, internacionalização soberana e sustentabilidade ecológica? De que forma as candidaturas Dilma e Serra, que cada vez mais polarizam as eleições presidenciais, poderão responder a estes desafios? Quais suas principais diferenças e identidades e como poderão impactar o desenho das políticas públicas nos próximos anos? Essas são questões de enorme relevância e complexidade que apenas brevemente poderemos tratar aqui.

A década de 2010 deverá aprofundar uma tendência que se apresenta com nitidez crescente no século XXI: o deslocamento da dinâmica de expansão da economia mundial dos Estados Unidos para o Leste asiático e, em particular à China. Esta se fortalece diante dos Estados Unidos, mantendo altas taxas de crescimento econômico nas crises decenais de 2000/01 e 2008/09, torna-se o seu principal credor financeiro e sua maior fonte de déficit comercial, e passa a deter no final da década 30% das reservas monetárias mundiais, contra 3% no início dos anos 1990.

Este lento, mas progressivo, deslocamento do eixo de poder econômico mundial tem produzido importantes efeitos sobre o comércio internacional, afetando, em particular a América Latina. A elevação dos preços dos produtos primários e a reversão da deterioração dos termos da troca ante aos produtos manufaturados permitiu à América Latina constituir, entre 2003 e 2008, seus primeiros superávits em conta corrente desde 1950, elevar suas reservas monetárias e insinuar uma trajetória de redução da pobreza, que caiu dos 43% de 2002 – onde se encontrava desde 1980 – aos 35% de 2008.

A crise de 2008/09 colocou provisoriamente freio nestas tendências. Entretanto é bastante provável que em 2010 se reinicie um novo ciclo de expansão da economia mundial, cada vez mais centrado no Leste asiático, o que projetará a China como principal parceiro comercial da América Latina na década que se inaugura. Este novo contexto internacional que se apresenta oferece desafios, riscos e possibilidades e exige uma ampla redefinição das políticas públicas em nossa região. As políticas implantadas pelo consenso de Washington na América Latina, de primeira ou segunda geração, mostram-se completamente desparelhadas para enfrentar esta nova situação. Aprofundaram o atraso tecnológico da região, afetaram negativamente o sistema de inovação, a produtividade e mantiveram altas taxas de

pobreza, exclusão social, priorizando a privatização, a especulação, o capital fictício e o setor financeiro. Estudo da OIT, *Key Indicators of the Labor Market*, publicado em 2007, mostra o drástico declínio da produtividade da região em relação aos Estados Unidos, sobretudo no setor industrial, resultado da desarticulação das cadeiras produtivas de maior valor agregado, da informalização e da precarização do trabalho: entre 1980-2005, o nível de produtividade na indústria de transformação em relação à estadunidense havia caído de 60% para 24% na Argentina, de 19% a 5% no Brasil e de 27% a 12% no México.

A crise do consenso de Washington na região a partir de meados da década de 1990 dividiu a América Latina em três grandes forças políticas: o neo-

nacionalismo popular, com forte vocação integracionista, representado principalmente pelo eixo Venezuela, Bolívia, Equador; o neoliberalismo, cujos bastiões são México e Colômbia e, mais recentemente, Chile; e a política de terceira via, representada, sobretudo, pelo Brasil, que combina elementos de política neoliberal, no plano monetário, cambial e fiscal, políticas compensatórias no plano social, tentativas de retomar o papel articulador do Estado em setores estratégicos, e busca de uma política externa que projete o Brasil como uma liderança regional e global em um mundo multipolar, com autonomia crescente da hegemonia estadunidense.

Entre os riscos colocados pela rota chinesa está a reprimarização de nossas economias. Se a

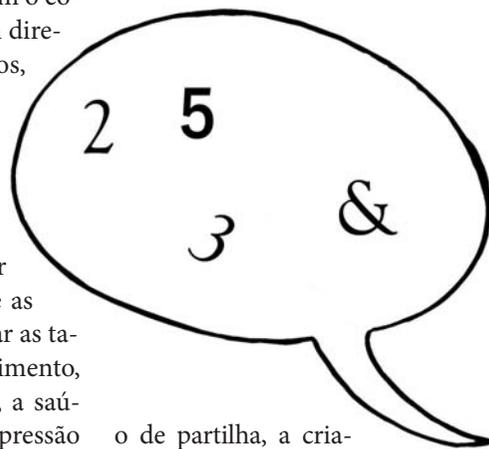


elevação dos preços dos produtos básicos frente aos manufaturados permitiu a acumulação de grandes saldos comerciais, a folga no balanço de pagamentos necessária para a realização de políticas anti-cíclicas e o desenvolvimento de políticas de combate à pobreza extrema tem sustentabilidade duvidosa a longo prazo. A mudança do padrão de consumo chinês em direção a mercadorias mais sofisticadas e a possível desaceleração do ritmo de crescimento da China no médio prazo poderão reorientar o comércio internacional para suas tendências seculares. Torna-se fundamental uma mudança nas políticas públicas para que a América Latina e o Brasil, especificamente, possam aproveitar essa janela de oportunidade de maneira sustentável. Para isso, o Estado deverá reorientar os lucros extraordinários obtidos com o comércio internacional em direção a setores estratégicos, priorizando a mudança estrutural de nossa formação social. Isto implicará a redefinição da relação público-privado para reorganizar o sistema de inovação e as cadeias produtivas, elevar as taxas nacionais de investimento, desenvolver a educação, a saúde e a capacidade de expressão cultural de nosso povo, e estabelecer fontes energéticas sustentáveis. Um processo deste tipo implicará a ampliação dos níveis de mobilização popular para dar conteúdo substantivo à nossa democracia formal.

As candidaturas de Serra e Dilma não parecem estar à altura destes desafios. Entretanto apresentam perfis diferenciados e representam forças sociais que os afastam ou aproximam dos mesmos. A candidatura Dilma

se enquadra dentro do paradigma da terceira via latino-americana, que busca um caminho intermediário entre o neo-nacionalismo popular e o neoliberalismo, aproximando-se mais de um ou de outro para fortalecer seu papel mediador de interesses antagônicos no plano interno ou externo. A candidatura Serra, por sua vez, identifica-se mais amplamente com as forças internas conservadoras e atreladas à hegemonia estadunidense. Estas diferenças se apresentaram em vários planos:

a) Estado versus privatização: A candidatura Dilma apresenta uma tentativa de fortalecer um capitalismo de Estado, promotor do desenvolvimento. Este perfil se apresenta com nitidez por sua liderança em torno dos projetos que constituem o marco regulatório do Pré-Sal. A mudança do sistema de concessão para



o de partilha, a criação de um fundo social para educação, saúde e inovação tecnológica, a capitalização da Petrobras e a construção de um pólo petroquímico que agregue valor ao petróleo bruto apontam nessa direção. A isto se soma sua condição de herdeira de um governo que vem ampliando a capacidade de atuação do BNDES, multiplicando seus desembolsos de R\$ 38 bilhões, último ano do governo FHC, para R\$ 137,4 bilhões, sendo mais de 80% dirigi-

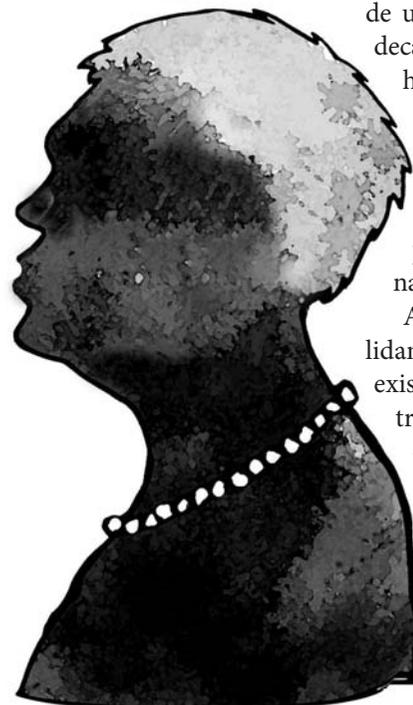
dos à indústria, com ênfase à petroquímica e à infra-estrutura. A candidatura Serra, por sua vez, parece pouco sensível à recuperação do papel estruturante do Estado no desenvolvimento brasileiro. O próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso desfez equívocos a este respeito, declarando o papel entusiasta de Serra nas privatizações de seu governo, em particular na Vale do Rio Doce. A conduta do candidato como governador de São Paulo deixa poucas dúvidas a este respeito: sua ofensiva para a privatização de 18 empresas estatais, em particular a SABESP, CESP, Nossa Caixa, e Metrô; a transformação dos hospitais públicos em O.S. com reserva de 25% dos leitos para planos de saúde; e as declarações em off relatadas pela Folha de São Paulo, sobre a revogação do modelo de partilha do Pré-sal, indicam claramente o seu perfil.

b) Política Monetária: Dilma, como representante da ala desenvolvimentista do governo Lula, deve prosseguir na flexibilização da política monetária. A redução das taxas de juros

e dos superávits primários, estabelecida no fim do governo Lula, sinaliza a possibilidade de uma transição nas políticas públicas. Sua liderança política junto aos fundos de pensão contribuiu para uma eventual renegociação da dívida pública e elevação das taxas de investimento. Serra, por sua vez, deve caminhar muito mais lentamente nesta direção. Sua base social e política tende a condicionar a queda dos juros às restrições orçamentárias. Tal política poderá comprometer os investimentos em saúde, educação, infra-estrutura e ciência e tecnologia, necessários à retomada do desenvolvimento brasileiro.

c) Política Externa: A vitória de Serra faria recuar a política multilateralista e de liderança regional desenvolvida durante o governo Lula, a ser impulsionada em caso de vitória petista. Projetos importantes como a Unasul, o Banco do Sul, a moeda regional, e a articulação com os BRICs seriam minimizados com o eventual retorno tucano. Isto desequilibraria o tabuleiro regional, em favor da direita e centro-direita, aproximando o país de uma liderança internacional decadente como a representada hoje pelos Estados Unidos, afogado em dívida pública, desemprego e déficits em conta corrente e animado pela tentação imperialista para conter o avanço social na América Latina.

Ainda que representem palidamente os conflitos sociais existentes no Brasil, distintas trajetórias político-sociais estão em cena nas eleições do ano vigente. 



\* Carlos Eduardo Martins é professor adjunto e chefe do Departamento de Ciência Política da UFRJ e doutor em Sociologia pela USP

# Quem sou eu e quem és tu

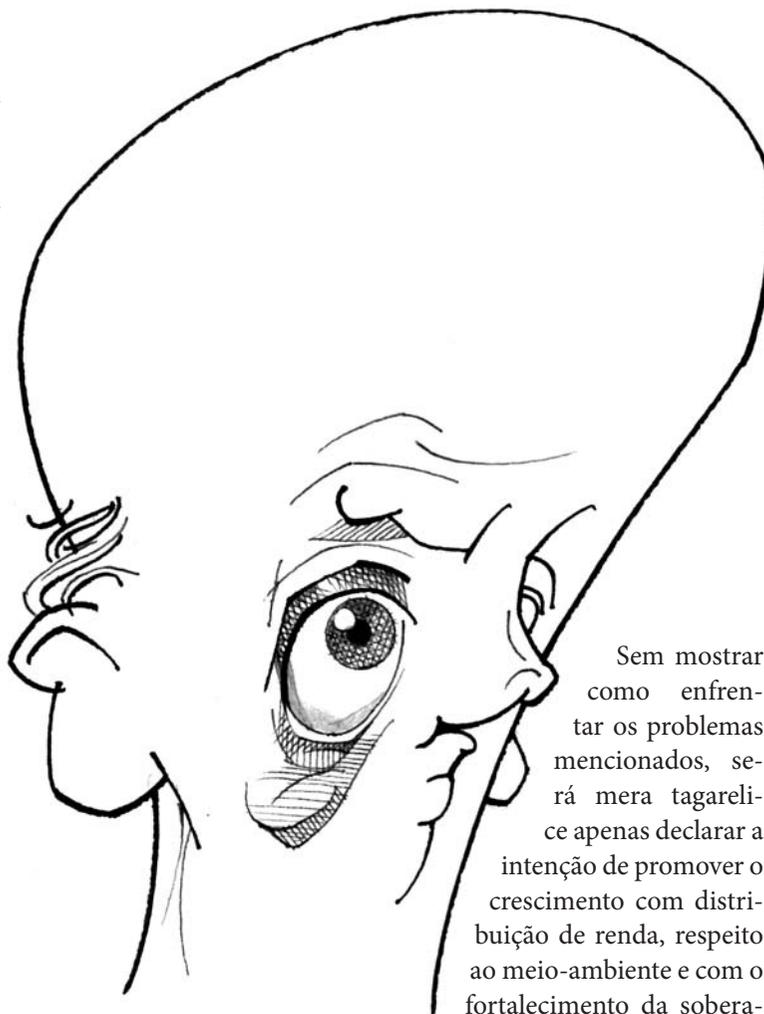
■ Claudio Salm\*

**N**ão dispomos ainda dos programas de governo para confrontar. Serra não se pronunciou sobre quais serão as suas prioridades. Dilma tampouco. Não que programas de governo sejam sempre decisivos - veja-se a distância entre o programa e o governo do PT. Mas seria um ponto de partida para responder às perguntas formuladas. Qualquer resposta, por enquanto, terá que ser fortemente especulativa.

Vou aceitar a provocação do presidente Lula e responder na base do “quem sou eu e quem és tu”. Para poupar o esforço dos que iriam com sofreguidão ao Google em busca de algo que pudesse revelar quais seriam as minhas “verdadeiras intenções”, declaro desde logo que sou eleitor do Serra.

Do ponto de vista programático não cabe pensar em Serra como reedição de FHC, dado que existem diferenças expressivas entre eles. Já o mesmo não pode ser dito de Dilma em relação a Lula. Tutelada por ele, Dilma irá prometer fazer “mais do mesmo”. Sublinho, irá prometer. O problema é que será muito difícil cumprir.

A trajetória seguida até aqui leva inexoravelmente, e em curto prazo, a problemas que, se não forem atacados prioritariamente, irão nos colocar em situação bem delicada. Refiro-me às bombas já instaladas nas contas fiscais e



Sem mostrar como enfrentar os problemas mencionados, será mera tagarelice apenas declarar a intenção de promover o crescimento com distribuição de renda, respeito ao meio-ambiente e com o fortalecimento da soberania e da defesa nacional.

nas contas externas. Esta última deverá explodir logo. Caminhamos para um déficit em Conta Corrente *que em 2011* poderá ser da ordem de 5% do PIB! Para evitar o aumento do *peso* relativo da dívida pública, será preciso manter elevadas taxas de crescimento do PIB, o que será impossível face à reduzida taxa de investimento, especialmente a do investimento público federal, da qual depende a superação dos nossos gargalos em infraestrutura.

Quanto à política macroeconômica, quem tem insistido mais na denúncia da perversidade da nossa combinação juros & câmbio? Eu nunca ouvi uma palavra de Dilma a respeito. Qual dos dois, como presidente, teria melhores condições para romper com os juros altos e o dólar barato? Seria Serra, sem dúvida, que, *além de saber economia*, não tem, como Dilma, o compromisso de indicar o presidente do BACEN que mais agrade aos bancos. Somente para

efeito de raciocínio: se apenas algo como a metade do que se gasta com juros da dívida pública fosse transferido aos 30% mais pobres, o Brasil acabaria com a pobreza e teria uma distribuição de renda das mais “normais”.

Lula é unanimidade em Davos, não em Porto Alegre. Tornou-se o darling do capital financeiro e não é pra menos. O Brasil é considerado hoje um porto seguro para o capital especulativo, verdadeira casa da mãe Joana.

Serra não deixa dúvida quanto ao que pensa sobre o papel do Estado. Nunca comprou o mito neoliberal do estado mínimo, ao contrário, a expressão “ativismo governamental” já é um refrão associado a ele. Basta ver a engenhosidade com que promoveu o investimento público em São Paulo, e fez isso nas difíceis condições da crise recente, sujeito às limitações legais que mesmo em tempos normais dificultam o investimento público estadual, mas não o da União. O mesmo deve ser dito em relação às políticas sociais. O “ativismo governamental” de Serra, em São Paulo, na Saúde e na Educação técnica e tecnológica, é marcante.

É verdade que nos governos FHC, o BNDES foi levado a destinar grande parte de seus financiamentos para a privatização. Mas esse desvio jamais contou com o *entusiasmo* de Serra, que elogiou de público o desempenho de Lucia-

no Coutinho à frente do banco. Outro exemplo importante a ser lembrado foi a não rejeição de Serra à idéia da criação de uma empresa estatal para gerir o Pré-Sal. Só por ignorância ou má fé alguém poderia atribuir a Serra uma postura privatista dogmática.

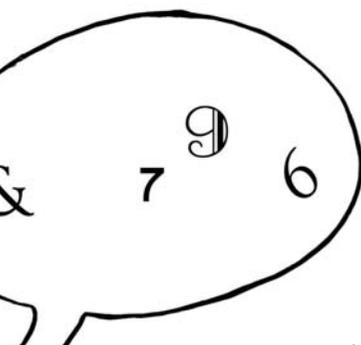
Utilizar os enormes investimentos da Petrobrás para fazer política industrial e desenvolver nossa petroquímica, nossa indústria naval, é algo que faz parte do bê-á-bá da cartilha de Serra. Isso, no entanto, não significa que iria permitir a construção aqui de plataformas com custos incrivelmente maiores que as importadas e com índices de nacionalização fajutos, só pra inglês ver, como vem sendo feito.

No enfrentamento dos nossos grandes desafios energéticos, embora Serra seja um entusiasta da hidroeletricidade, trataria com muito mais cuidado os impactos ambientais das construções das usinas de grande porte com seus lagos podres. Dilma sempre demonstrou descaso pelas

questões ambientais. As audiências públicas promovidas para ouvir as populações afetadas pela construção de Belo Monte, no Xingu, foram pro forma.

Infelizmente, será necessário repetir sempre que Serra não irá promover qualquer retrocesso no Bolsa Família que ele entende ser um bom instrumento de combate à pobreza, *cujas raízes vêm* do governo FHC. Mas, quanto à distribuição de renda, irá propor também outros mecanismos, entre os quais uma reforma fiscal que torne a arrecadação menos onerosa para os mais pobres, tal como é feito nos países desenvolvidos. Lula não demonstrou qualquer empenho nesse sentido.

No plano político, nessa eleição vai-se tentar explorar a “síndrome do Flamengo”, ou seja, a identificação ideológica do eleitorado de esquerda, ou mais à esquerda, com a candidatura Dilma. Mas não vai pe-



gar. Não seria possível fazê-lo a partir das biografias de cada um nem, muito menos, a partir de alianças e apoios. Dilma conta com o apoio de Sarney e de Collor e, se puder, deverá ter o Meirelles como vice, como tudo indica ser o desejo de Lula. E dos banqueiros.

A força de Dilma é o “Lulismo”, não o PT. O “Lulismo”, por sua vez, como tão bem nos

explicou o André Singer, asenta-se principalmente no segmento mais pobre e desorganizado da sociedade e cujo maior anseio é a ordem imposta de cima. Uma postura de “direita”. Essa liga – banqueiros com o “subproletariado”, para usar o termo de Singer – é, conceitual e historicamente, a base do fascismo. Aguardo análises de cientistas políticos que mostrem que aqui é diferente. O sindicalismo petista irá se mobilizar contra o Serra. E daí? Sindicatos e confederações cujos dirigentes aboletaram-se em cargos públicos? Ou, até mesmo em cargos de órgãos patronais, como o SESI? Não é, pois, na dimensão ideológica que eu poderia encontrar qualquer motivação para preferir Dilma a Serra, muito pelo contrário.

Se levarmos em conta a biografia, o currículo, a experiência, em minha opinião Serra dá de dez a zero na Dilma, tanto como líder político quanto como administrador público. Trata-se de comparar lucidez, conhecimento, capacidade executiva e de iniciativa, seja como parlamentar, seja como ministro, prefeito ou governador. Serra não precisa passar por nenhum treinamento e dispensa personal marqueteiros.

Serra mostrou criatividade no levantamento de recursos para investimentos em São Paulo. Basta comparar o que Serra fez nessa matéria com a mediocridade do investimento federal. *Ou com o que fez como ministro da Saúde em quatro anos, comparado aos oito anos do governo Lula.* Qual a experiência executiva da Dilma? O PAC não passa de uma juntada de projetos



fragmentados. *E a experiência política? Serra foi o mais produtivo parlamentar do seu período, deputado e senador, além de lidar bem com vereadores e deputados estaduais, quando prefeito e governador, sem lotear os altos cargos da administração. E Dilma?*

Com o fim da guerra fria e da União Soviética acabou o mundo bipolar. Surgiram novos centros de poder e o Brasil é um deles, o que exige, ademais de dotar nossas forças armadas de efetivo poder dissuasório, aproximação e diálogo com outros centros emergentes de poder regional como é o caso do Irã, a maior potência do Oriente Médio. É compreensível, mas não justifica termos recebido com pompa e circunstância o títere da teocracia obscurantista iraniana. Serra jamais teria permitido que o País passasse pelo constrangimento daquela visita, qualificada por ele como “indesejável”. 

\* Claudio Salm é economista com mestrado pela Escolatina, Universidade do Chile, doutorado pelo IE-Unicamp, professor aposentado do IE-UFRJ e atualmente pesquisador-visitante no IE-UFRJ.

# Serra versus Dilma: convergência das diferenças

■ Francisco de Oliveira\*

Salvo uma desistência do gov. Serra, que o apagaria para sempre das disputas presidenciais, o quadro das próximas eleições presidenciais define-se com o governador de São Paulo pelo PSDB e seus satélites e ministra Dilma Rousseff pelo PT e sua amplíssima coalizão. Não havia indicações explícitas do programa da ministra Dilma até recentemente, quando um documento do PT foi publicado pelo Estadão. O documento reafirma a posição pró-Estado da ministra, que não é mais que o prolongamento do segundo mandato de Lula. Pouco ousado no

primeiro mandato, no segundo o ex-metalúrgico, apoiado principalmente no BNDES, soltou-se e imprimiu um forte viés pró-concentração de capitais, para tornar as empresas brasileiras competitivas internacionalmente. Fusões foram patrocinadas, e é mais uma das ironias do presidente Lula, que sua preferência seja por um capitalismo concentrador de riquezas, ele que nos tempos sindicais berrava nas portas das fábricas, não exatamente contra o capitalismo, mas contra os baixos salários.

O documento ainda continua bastante genérico, e é do PT, e não da candidata, e é muito em relação à política macroeconômica, o que faz supor que um mandato da ministra manterá quase intactos os fundamentos macroeconômicos: câmbio, moeda, crédito, política fiscal. Aliás, está fora do campo de suas especialidades lidar com a macroeconomia, e mesmo o PT não tem competência para tanto: Meirelles pode ser até que não continue no BC, mas certamente a presidência do banco será exercida “meirellesmente”, perdoem-me o infame neologismo. Um velho ditado do futebol diz que em time que es-

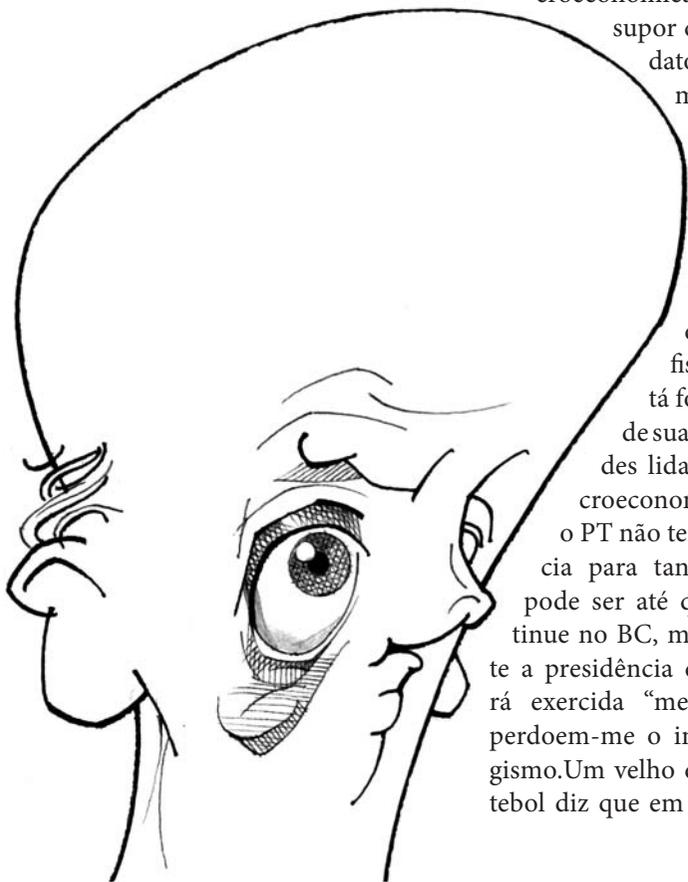


tá ganhando não se mexe, e é o que pensam o presidente Lula, o PT e todos os agentes importantes da economia. Sem equipe, salvo se formos surpreendidos com a competência ainda não conhecida da sra. Erenice Guerra, a ministra terá que aceitar a equipe que lhe será oferecida. O PAC 2 está a caminho, e desta vez será a própria “madrinha” que o gestionará a partir da presidência.

No caso de o governador Serra ser o escolhido pelos deuses eleitorais, a questão é mais complicada. Apesar de tucano, ele sempre teve atritos e discordâncias quase abertas com a política econômica de seu padrinho, o ex-presidente FHC, e seus acólitos Bacha, Franco, Arida, Malan. Sua permanência no Ministério do Planejamento incomodou bastante e FHC deu-lhe o Ministério da Saúde, onde aliás fez uma boa gestão. O com-

plicador de um governo Serra é que ele é economista, tem opiniões próprias sobre a macroeconomia: é como acontece com presidentes de clubes de futebol que pretendem entender do mesmo, caso do Beluzzo à frente do Palmeiras. Não há treinador que o satisfaça. O provável é que Serra seja seu próprio ministro da Fazenda, deixando um de seus frequentes auxiliares com o posto nominal; ou porque não convidar Belluzzo, com quem tem afinidades, além da paixão pelo Palmeiras? Seria uma ótima solução, além de reforçar seu cacife entre desenvolvimentistas e nekeynesianos.

Serra certamente “não ateará fogo às vestes” como ocorria na famosa canção “Conceição”, que fez o sucesso de Cauby Peixoto e continua a levar saudosistas aos lugares onde o famoso e cafona cantor entoava sempre seu último “canto de cisne”. Será cauteloso-



so, se ganhador, pois seus tempos de radical à frente da UNE também já são coisas do passado; nas demais áreas da política, industrial sobretudo, vai provar sua fama de desenvolvimentista, que a imprensa exagerava em seus confrontos com a equipe de FHC. Não tem muito mais o que ir adiante de Lula, pois este tomou o receituário desenvolvimentista e o levou quase às últimas conseqüências. Pode-se pensar que Serra seria tentado a ampliar um pouco o programa de privatizações, mas nesta área também o repertório, vale dizer, as empresas, está praticamente esgotado. Ele não será temerário a ponto de tentar tocar na Petrobrás e no Banco do Brasil, as últimas jóias da outrora resplandecente coroa imperial do Estado brasileiro. Nem tem porque fazer isto, exatamente porque tanto a Petrobrás quanto o BB são atores por excelência da produção e coordenação empresarial, de peso internacional, e são geridos, já há muito, como empresas quase privadas. Como governador de São Paulo, Serra não se notabilizou por nenhuma grande inovação: no máximo, uma administração competente. Seguiu a cartilha das privatizações no capítulo das estradas rodoviárias de São Paulo, e sua política fiscal tampouco se diferenciou da dos antecessores. E no capítulo social nem uma cópia do Bolsa Família foi implementada no Estado mais rico da nação que, não paradoxalmente, é também o que exhibe a miséria mais ultrajante nas suas “vilas-miséria”, como cantou Caetano Veloso. Heliópolis e Paraisópolis deixam qualquer miséria do Nordeste, o eterno exemplo da mídia, no chinelo.

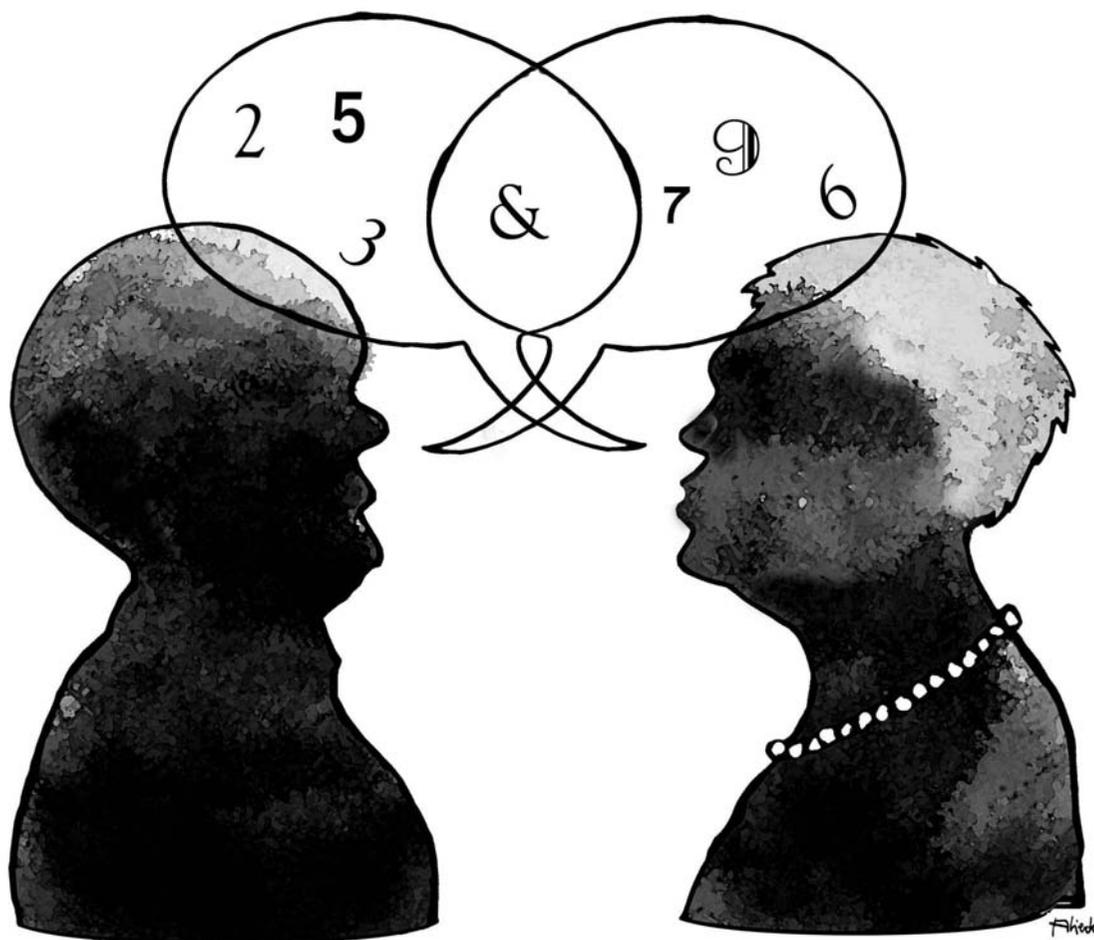
Mais do que se pensa, os programas dos dois candida-

tos em quase todos os pontos. O programa escrito ou declarado será apenas ritual. Lula da Silva nunca seguiu programa nenhum de seu partido. De fato, o que existe é um modelo neoliberal, que com pequenas peculiaridades, é aplicado urbi et orbi. Mesmo as políticas ditadas sociais na sua forma focal e anti-universal, orgulho do lulismo, foram inventadas por ninguém menos que Milton Friedman quando assessor do facínora Pinochet. Esta é uma característica forte, e geralmente menosprezada pela crítica, do neoliberalismo, seu anti-universalismo teórico e prático. O papel do Estado no discurso e na prática neoliberais é apenas retórico. FHC fez o Proer para promover as fusões bancárias. Desde Thatcher sabe-se que para ser neoliberal é preciso muito Estado. O capitalismo contemporâneo é um comple-

xo de forças sempre na tendência da crise, de superacumulação ou de subacumulação, e o Estado é quem entra para corrigir o rumo. A crise que ainda devasta os USA e a Europa – a Espanha a sensação dos anos oitenta/noventa amarga uma taxa de desemprego de 25% – só se resolve com recursos do Estado, que tem a vantagem de serem a fundo perdido. Quem não entender isto, não entende o capitalismo nem suas formas particulares sobretudo nos países da periferia. Sem forças sociais dos de baixo que intervenham poderosamente nessa equação, não há planejamento possível. O lulismo é a forma brasileira da “hegemonia às avessas”: 15 bilhões para a Bolsa Família e 150 bilhões para o serviço da dívida interna. Quem dá mais? De modo que a próxima campanha tenderá a discutir menos as diretri-

zes para o país, para privilegiar as supostas diferenças entre os mandatos de FHC e os de Lula da Silva, além das picuinhas próprias das campanhas eleitorais brasileiras e alhures. À falta de diferenças reais, por isso Lula chama Serra para o ringue da comparação com FHC, e o tucano espertamente foge. Não há diferenças de bases sociais entre as duas candidaturas, salvo o específico “lulismo” conceituado por André Singer, que na verdade é frágil, pois está inteiramente ancorado no programa Bolsa Família, que o tucano Serra certamente não será tolo de zerar. Os programas eleitorais convocarão ao sono do telespectador, ou ao poker entre os aficionados. Ninguém tem tempo para perder com mesmices. 

\* Francisco de Oliveira é sociólogo e professor emérito da Usp



■ Kenarik Boujjikian Felipe\*

O III Programa Nacional de Direitos Humanos retoma diversos temas abordados nos programas anteriores, mas um dos que causou maior reação dos conservadores é o que se refere à modernização da legislação para promoção do direito à memória e à verdade, como diretriz.

Sabemos que o fato gerador da grita histérica é a possibilidade de punição dos torturadores.

Ocorre que para a apuração dos atos inumanos, no campo do Estado, em processo judicial, não é necessária a alteração da Lei da Anistia, pois esta não se aplica aos atos inumanos praticados pelos agentes do Estado, pessoas ou grupos de pessoas que atuaram com autorização, apoio ou consentimento do Estado. Estes crimes não podem ser beneficiados pela anistia política, nos termos da Lei 6.683/79, pois são crimes de lesa-humanidade e, assim considerados, são imprescritíveis.

A Lei da Anistia somente pode ser aplicada para aqueles que cometeram crimes políticos e conexos com estes, como diz textualmente. Por este motivo, a Ordem dos Advogados do Brasil ingressa, em setembro de 2008, com processo no Supremo Tribunal Federal reque-rendo que interprete a Lei da Anistia (ADPF 153) e declare que a anistia concedida aos crimes políticos ou conexos não se estende aos crimes comuns praticados pelos agentes da repressão contra opositores políticos, durante o regime militar.

Destaco que o Supremo Tribunal Federal, tangenciando o tema no pedido de extradição de Manuel Cordeiro Piacentini,

# Anistia não se aplica aos torturadores



major do exército uruguaio, que tomou parte na Operação Condor (organização terrorista, secreta e multinacional para caçar adversários políticos dos regimes ditatoriais do Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia, nas décadas de 1970 e 1980) e teria participado de ações que resultaram na prática de vários delitos, afastou a possibilidade do crime imputado ao extraditando, praticados

sob a égide da Operação Condor, ter natureza política.

Mas a Suprema Corte ainda não analisou o alcance da Lei de Anistia brasileira, o que somente acontecerá quando do julgamento da ADPF nº 153.

Indispensável que as portas da Justiça sejam efetivamente abertas, fixando a extensão concreta da anistia política e estabelecendo que os crimes praticados pelos agentes de repressão

não tiveram a punibilidade extinta pela Lei de Anistia.

Para além da leitura da norma, é fundamental registrar que esta é uma reivindicação da sociedade brasileira que deseja a efetivação do Estado Democrático de Direito e não aceita que esta situação perdure. A sociedade clama para que o STF fortaleça a democracia e dê a resposta necessária para a construção da paz. Nesta medida,

encaminha apelo aos ministros da Corte, lançado pelo Comitê Contra a Anistia aos Torturadores em dezembro de 2009, requerendo que seja atendido o pleito da OAB, que tem por fundamento a dignidade humana e que conta dentre as primeiras subscrições com: Antonio Candido, Chico Buarque de Holanda, Aloysio Nunes Ferreira, Milton Hatoum, Chico Whitaker, Silvio Tendler, Alberto Silva Franco, Marilena Chauí, Leandro Konder, Helio Bicudo, Frei Betto, Milton Temer, Plínio de Arruda Sampaio, Boaventura de Souza Santos e mais 15.000 pessoas até o momento, dos mais variados ambientes sociais e que está aberto a adesões de pessoas e entidades, até que o Supremo decida, através do sítio [www.ajd.org.br](http://www.ajd.org.br).

Uma das características do período da ditadura militar brasileira foi o uso do poder punitivo, assim como nos demais países da América Latina, de duas formas: a) utilizando-se do sistema de direito penal vigente, mas paralelo, pois invocado o estado de sítio, de emergência, de guerra e com aplicação de leis extraordinárias, como as de segurança nacional e; b) o direito penal subterrâneo, que procedeu a eliminação e morte, execuções, torturas, sequestros, violações de domicílio, crimes sexuais etc. sem qualquer processo legal. Ambas aplicadas de forma concomitante no Brasil.

Como anota o jurista argentino Raul E. Zaffaroni, naqueles regimes o sistema penal paralelo e subterrâneo era sem precedentes, “quanto à crueldade, complexidade, calculadíssima planificação e execução, cuja analogia com a solução final é inegável. Impôs milhares de penas sem processo, cometeu homicídios, desaparecimentos forçados, torturas, suplícios, seques-

tros, crimes sexuais, violações de domicílio, danos e incêndios, intimidações, roubos, extorsões etc., sem nenhuma base normativa, inclusive dentro de sua própria ordem de fato”.

Vários países do América Latina revelam a verdade e examinam as violações de direitos humanos ocorridas no período ditatorial, à luz da Justiça e o fazem na perspectiva de que os crimes contra a humanidade protegem bens jurídicos que extrapolam os limites do direito penal nacional. O delito de lesa humanidade não atinge só as pessoas que estão em seu território, mas a humanidade. Souberam interpretar o direito penal nacional e o internacional.

As vítimas e o povo brasileiro têm vetado o direito à justiça no que se refere aos crimes contra a humanidade praticados durante o regime ditatorial de 1964, o que persiste até os nossos dias, pois as graves violações continuam fora do marco da Justiça.

Relembremos que a Lei de Anistia, de 1979, nasce dentro do processo de luta pela democracia brasileira. Os atos reivindicatórios exigiam a anistia aos presos, aos cassados e exilados e a norma procura, em certa medida, corrigir as consequências do ordenamento jurídico em vigor. É uma proclamação de que a legislação penal aplicada aos que se opuseram ao regime militar era injusta, e que anistiá-los é a forma do Estado reconhecer o pleito social e político.

A construção do conceito de crime contra a humanidade vem de longa data, com alguns marcos essenciais como o massacre dos armênios, no início do século, e os fatos bárbaros ocorridos na Segunda Guerra Mundial. Alcança uma primeira definição, nos “Princípios de Nuremberg”, em 1950, aprovado pela Assembleia Geral das Na-



ções Unidas, embora já referido em documentos anteriores.

Em termos mais recentes, da última década, frisou a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ao qual o Brasil se submete, que o crime contra a humanidade ocorre quando: i) comete-se um ato inumano em sua natureza e caráter; ii) como parte de um ataque sistemático ou generalizado; iii) em resposta a uma política não necessariamente adotada de maneira formal; iv) dirigido contra uma população civil.

Estas características estão presentes nos atos inumanos praticados contra os opositores da ditadura instaurada em 64. O Brasil tem a obrigação internacional de investigar e punir os responsáveis por tais delitos desde o momento que ratificou os pertinentes tratados de direitos humanos, obrigação decorrente da responsabilidade convencional do Brasil em investigar e punir tais crimes e por serem infrações atuais ao Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e à Convenção Americana de Direitos Humanos.

O legado de violência da ditadura militar é descomunal e até hoje não houve superação histórica, pois a Justiça não foi realizada. O Estado restringiu-se, basicamente, a atuar na esfera da reparação econômica.

No tocante ao ciclo de violência da ditadura, os avanços são quase inexistentes.

Em um país em que a dignidade humana é o princípio condutor, nos termos estabelecidos no artigo 1º da Constituição Federal, não é permitido ignorar o que ocorreu no passado recente. Nesse sentido, as razões “políticas”, de conveniência, que estão na base das “interpretações” que querem “apagar” tais fatos, cedem inapelavelmente diante da lição de Kant: “Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr, em vez dela, qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e, portanto não permite equivalente, então ela tem dignidade”.

É assim com o ser humano: não há preço e nem equivalência, apenas dignidade e, desta forma, ele deve ser tratado.

A tortura, o desaparecimento forçado, os homicídios, a redução de um ser humano à condição de coisa e outros atos ultrajantes de sua integridade física e psíquica, não podem ser negociados, seja em qualquer momento ou sob quaisquer circunstâncias, ontem, hoje e amanhã. Agir de outra forma rompe com a essencialidade da condição humana, o que é inaceitável para o estágio de civilização que pretendemos.

É necessário que o passado não continue a ser o parâmetro do presente para que possamos consolidar a democracia e no futuro viver em um Brasil em que a tortura seja erradicada. Não é possível a construção de um verdadeiro Estado Democrático de Direito com o esquecimento e sem Verdade e Justiça. 

\*Kenarik Boujikian Felipe é juíza de direito da 16ª Vara Criminal de São Paulo, co-fundadora, ex-presidente e secretária do conselho executivo da Associação Juizes para a Democracia e membro do conselho consultivo da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

# Quem tem Banrisul tem restituição antecipada do IR\*.

Na hora de declarar o seu imposto de renda, indique o Banrisul como o seu banco. Depois da entrega, basta apresentar a declaração na sua agência para ter a restituição liberada com rapidez e sem complicação.

Se você ainda não é cliente, abra sua conta no Banrisul.

## Agências no Rio de Janeiro

Ag. Rio de Janeiro Av. Presidente Vargas, 463 (21) 2109-1515	Ag. Tijuca Av. General Rocca, 798 (21) 2187-0515
Ag. Copacabana Av. Nossa Senhora de Copacabana, 827 (21) 2107-0515	Centro de Negócios / Barra da Tijuca Rua José Maria Ortigão Sampaio, 55 - Loja D (21) 2433-6529 / (21) 2433-6534

[www.banrisul.com.br](http://www.banrisul.com.br)

 **Banrisul**

Quem tem Banrisul tem tudo.

SAC: 0800 646 1515 | Ouvidoria Banrisul: 0800 644 2200

\*Sujeito a análise de crédito.

# Planejamento Urbano no Orçamento Municipal

*“Na natureza não há prêmios nem punições – há apenas consequências.”*

*Robert G. Ingersoll*

Em qualquer cidade, especialmente nas grandes metrópoles, o planejamento urbano deve ser utilizado para ser integrador do espaço com o cidadão. O espaço urbano, portanto, deve ser pensado para ser funcional e atender às necessidades da população, adaptando-se às constantes transformações a que está submetido. A cidade do Rio de Janeiro, porém, ainda sofre constantemente com problemas derivados de falta de organização urbana.

Nesta edição, analisaremos o reflexo das questões relativas ao planejamento espacial e social da cidade – urbanismo, habitação e saneamento – no orçamento público para melhor compreender como essas políticas públicas são geridas.

## Município do Rio de Janeiro

Para tanto, pesquisamos as Funções de Governo das três referidas áreas. No exercício de 2009 foram feitas projeções, uma vez que, apesar de concluído este período, esses valores ainda não foram disponibilizados pela Prefeitura.

Dentre estas funções, Urbanismo ainda é a que possui maior peso nas despesas municipais, apesar de ver sua importância relativa diminuir progressivamente nos últimos anos (10% em 2005 para 7% em 2009)<sup>1</sup>. O total liquidado em 2009 ultrapassa os R\$755 milhões, 88% da previsão inicial, mas apresenta queda de 16% em relação ao total de 2008. Ainda assim, a previsão para 2010 supera tanto a liquidação quanto a previsão do ano anterior (em 66% e 46%, respectivamente), sugerindo maior intenção de gastos na área.

Sobre Habitação, o ano de 2008 marcou a entrada efetiva do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, tratado mais adiante) no orçamento municipal, tendo como consequência a liquidação de mais que o dobro de recursos do ano anterior. Há que se destacar que a execução de 2009 ainda superou em 37% a do ano em evidência e a previsão para 2010 é promissora (vide gráfico 1).

Para as despesas em Saneamento as perspectivas não são tão boas: a previsão para 2010 é 9% menor do que em 2009. Ainda assim, o valor previsto para 2010 é 51% maior que a execução do último ano, conforme mostra o gráfico 1.

## Secretarias

Os principais órgãos responsáveis pela execução de programas nessas áreas são as secretarias de Urbanismo e de Habitação. Por meio de informações institucionais, a primeira declara ter um viés de planejamento do uso do espaço urbano, de forma democrática, organizando o desenvolvimento das funções sociais da cidade; a outra se mostra com o objetivo de promover acesso à moradia legal e à infra-estrutura urbana, com foco na população de baixa renda, visando integração social. Certamente ambas estão intimamente

relacionadas e em seguida analisaremos seus comportamentos no período 2005 - 2009.

Sobre a secretaria de Urbanismo, observamos crescimento médio de 9% na execução de despesas no período analisado. Mais uma vez o destaque é para o ano de 2008: os gastos aumentaram 21% em relação ao ano anterior, novamente associado com o PAC e também com a “herança” dos Jogos Pan-americanos ocorridos em 2007. A previsão para o ano corrente (R\$43,5 milhões) segue essa tendência constante: 13% maior que a execução em 2009, próximo da média de crescimento.

Esta secretaria abriga o Instituto Pereira Passos, que desempenha ações relativas ao planejamento urbano, estratégia e produção de informações gerenciais e cartográficas do município. Seus gastos em 2009 ficaram em torno de R\$4,4 milhões, 25% a menos que a média dos quatro anos anteriores. Entretanto, a previsão orçamentária para 2010 beira os R\$16 milhões de reais – provavelmente reflexo do “Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios”, que tem como produto a revisão da base cartográfica da cidade (previsão de R\$9 milhões).

Outro órgão desta secretaria é o Fundo Municipal de Desenvol-

vimento Urbano, regulamentado em 1994 com o intuito de dar suporte financeiro à implantação dos programas, projetos e objetivos relativos à habitação e infraestrutura de saneamento básico. Embora a média de previsão no período em análise fique em torno de R\$64 mil, sua execução foi nula. Ainda assim, para 2010, a previsão é de R\$58 mil.

Em relação às despesas da Secretaria de Habitação, não observamos um comportamento tão constante, conforme explícito no gráfico 2. Depois de dois anos de baixa execução, a recuperação se inicia justamente no ano de 2008, com dispêndios de R\$104 milhões, o dobro do ano anterior. Em 2009 o montante liquidado aumenta em 78%, embora tenha representado somente metade da previsão de R\$371 milhões. Para o ano corrente, a previsão é similar, R\$361 milhões. Porém, há que se verificar se a liquidação passará de 50%, percentual executado em 2009.

Esta secretaria ainda acolhe o Fundo Municipal de Habitação, que também teve seu auge de execução em 2008 (R\$6 milhões), liquidando mais que o dobro da média dos três anos anteriores. Já em 2009, a liquidação foi de apenas R\$59 mil, 2% do previsto. Apesar desta baixa execução, a previsão para 2010 ainda ultrapassa os R\$2 milhões.

Também ressaltamos a criação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. No orçamento municipal a partir de 2009, o fundo objetiva centralizar e gerenciar recursos orçamentários para investimentos em políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda. Em 2009, apenas 12% dos R\$4,2 milhões previstos foram executados. Para 2010, há previsão de R\$70,4 milhões, majoritariamente provenientes de convênios com a União.

Gráfico 1

Funções do Governo (R\$ milhões)

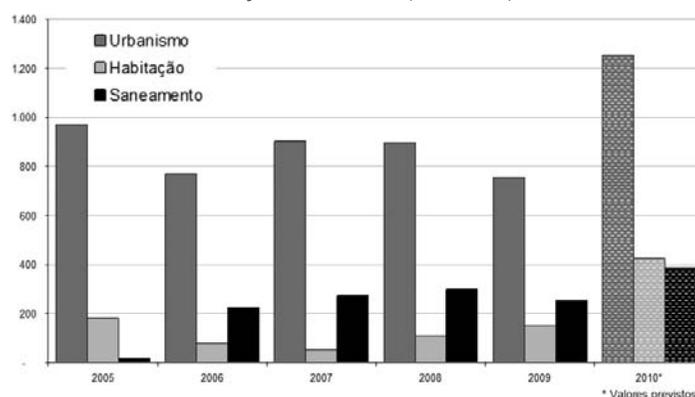
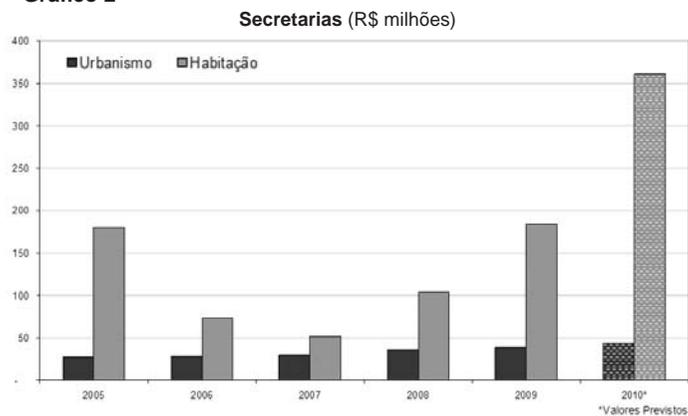


Gráfico 2



## Projetos e Ações

Selecionamos alguns projetos municipais referentes ao tema abordado com o intuito de elucidar de que forma a prefeitura vem orientando suas ações.

Na área de saneamento, a ação do PAC em 2009 teve 49,5% de liquidação sobre a dotação atualizada, o que ultrapassa R\$3 milhões. A principal fonte deste recurso foi o convênio com o governo federal: apenas 10% deste valor (aproximadamente R\$300 mil) foram provenientes da contrapartida municipal ao convênio, embora a previsão de participação do município fosse de R\$1,6 milhões.

Outra ação importante é a “Implantação do Sistema de Esgoto Sanitário”, concentrado na Zona Oeste. Novamente o ano de 2008 ganha evidência ao liquidar quase R\$40 milhões, aumento de 240% em relação ao ano anterior.

Destacamos que, constitucionalmente, saneamento básico é competência estadual. Entretanto, em fevereiro de 2007, foi assinado um acordo entre Prefeitura e Estado do Rio, passando a responsabilidade do esgoto sanitário de 21 bairros da Zona Oeste, além de quatro bairros da Zona Norte e de todas as comunidades carentes cariocas para a prefeitura, enquanto esta concedeu ao estado três estações de tratamento de esgoto. Os efeitos do chamado “Termo de Reconhecimento Recíproco de

Direitos e Obrigações na área de Saneamento Básico” foram verificados no exercício de 2008.

Em 2009, embora a previsão tenha se aproximado dos R\$50 milhões, a execução foi reduzida ao patamar de 2007 (R\$12 milhões em 2007 e R\$16 milhões em 2009). Para o ano de 2010 a previsão de gastos é superior a R\$65 milhões, sendo R\$9 milhões oriundos da União. Somando a esses, a União deverá transferir ao governo municipal do Rio neste ano mais R\$9,2 milhões para a consecução de projetos de saneamento básico.

Além do convênio com o governo federal, a obtenção de crédito e as respectivas contrapartidas do município, outra fonte de recurso importante para o financiamento das ações de governo para saneamento são os royalties

do petróleo. Na ação apresentada acima, por exemplo, 10% do valor previsto para 2010 serão financiados por royalties.

Em tempo: há uma intensa discussão no Congresso Nacional sobre como a sociedade brasileira irá se apropriar da riqueza descoberta na camada de pré-sal de petróleo. Uma parte da discussão se refere à distribuição dos royalties a serem gerados.

Sobre a área de habitação e urbanismo, os principais projetos em termos de recursos executados ao longo dos últimos anos, todas pela Secretaria Municipal de Habitação, são:

- “PROAP - Programa de Assentamentos Populares”: engloba diversos programas com foco na urbanização e regularização fundiária e urbana. Para 2010 estão previstos aproximadamente R\$80 milhões em gastos em projetos relativos ao PROAP, sendo metade oriunda de operação de crédito com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).
- “Urbanização de Assentamentos Informais”, compreendendo o que se conhece por Favela-Bairro III. Com o contrato assinado em março de 2009 estão previstos empréstimos de U\$150 milhões do BID com contrapartida de mesmo valor do município, investimentos

que não se limitam apenas ao ano de 2010. Tal empréstimo manteve-se bloqueado até então porque o governo federal acusava o município de ultrapassar o limite de capacidade de endividamento. Este é o mesmo caso do projeto de saneamento e revitalização da Baía de Jacarepaguá, que vem constando nas peças orçamentárias dos últimos exercícios, mas sem, no entanto, nenhuma execução ao término dos anos.

• PAC Urbanização, desde 2008: projeto que apresentou melhor taxa de liquidação no ano de 2009 (77% dos R\$171 milhões previstos); pretende atuar na melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, através de contenção do movimento de favelização pela regularização fundiária, além de propor a inclusão produtiva e social, e sustentabilidade ambiental. A previsão para 2010 ultrapassa R\$150 milhões.

Como se pode perceber, os dados apresentados geram expectativa positiva para o ano de 2010. Resta saber se a ampliação dos gastos irá se concretizar, pois o histórico demonstra uma grande distância entre a intenção e o gesto.

1 Todos os valores foram deflacionados a partir do IPCA - valores de dezembro/2009

## PAC - estadual

Criado em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento é uma iniciativa do Governo Federal e alia altos níveis de investimento em infra-estrutura e medidas econômicas (como a desoneração tributária) com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva brasileira. Atuando em todo território nacional, o programa funciona articulado com estados e municípios, dividindo custos e responsabilidades. O PAC ainda se divide em três eixos: Infraestrutura Logística, Energética e Social e Urbana – que contam com investimentos que ultrapassam o ano de 2010.

Os dados sobre o estado do Rio mostram que de janeiro a outubro de 2009 foram liquidados R\$445 milhões

em programas do PAC, sendo 43,3% recursos estaduais em contrapartida às transferências federais.

Os dados da PNAD de 2008 indicaram que a cobertura de serviços básicos urbanos no estado do Rio de Janeiro é uma das piores do Brasil. Pelos dados, o estado está entre os piores (15º no ranking) no quesito coleta de lixo. Além disso, o Rio está na 18ª colocação com relação ao indicador de abastecimento de água; 10,1% dos domicílios urbanos estão desassistidos. Em 2008, foram liquidados R\$178.881,86 em ações do PAC relativas ao abastecimento de água e tratamento de esgoto. Os dados do 5º bimestre de 2009 já demonstram um aumento nesses gastos que em outubro do último exercício já era da ordem dos R\$37 milhões.

## ATENÇÃO ECONOMISTAS

### CAMPANHA DE RECADASTRAMENTO DO COFECON – SUBSTITUIÇÃO DAS CARTEIRAS DE IDENTIDADE PROFISSIONAL

#### PRORROGAÇÃO DO PRAZO

■ O Conselho Regional de Economia – 1ª Região/RJ informa que, conforme Resolução COFECON Nº 1.825/2010, publicada na página 44, Seção 01, no Diário Oficial da União do dia 20 de janeiro de 2010, o prazo para o recebimento de formulários referentes à Campanha Nacional de Recadastramento, sem qualquer ônus para o

profissional que aderir ao projeto, foi prorrogado até o dia 31 de agosto de 2010.

A Resolução COFECON Nº 1.825/2010 prevê ainda que, para aderir à Campanha Nacional de Recadastramento, o profissional deverá comparecer no Conselho Regional de Economia do respectivo estado que possui o registro e que, na hipótese da residência atual do profissional ser

mais próxima de outro Conselho Regional de Economia ou Delegacia Regional, estes estarão aptos à coletar os dados biométricos e encaminha-los aos CORECONS do respectivo registro, acompanhado da Certidão de Encaminhamento.

Reiteramos que algumas lacunas da Campanha Nacional de Recadastramento ainda não foram totalmente solucionadas

pelo COFECON, de forma que o CORECON-RJ continuará recebendo os formulários, mas as novas carteiras de identidade só serão emitidas após a solução dos problemas identificados.

Para mais informações: 2103 0116 – 0114 – 0115 – 0113 ou 0112

**CORECON-RJ**

#### BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO (EM R\$)					
REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/08	JAN A DEZ/09	REFERÊNCIAS	JAN A DEZ/08	JAN A DEZ/09
ATIVO FINANCEIRO	2.621.080,53	3.487.711,27	PASSIVO FINANCEIRO	58.715,28	112.173,49
DISPONÍVEL	90.380,53	115.397,85	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	-	-
DISPONÍVEL VINCULADO A C/C BANCARIA	2.443.596,76	3.304.299,25	CONSIGNAÇÕES	-	354,07
REALIZÁVEL	49.702,70	30.613,63	CREDORES DA ENTIDADE	-	-
RESULTADO PENDENTE	37.400,54	37.400,54	ENTIDADES PÚBLICAS CREDORAS	58.715,28	111.819,42
ATIVO PERMANENTE	15.872.674,64	15.255.173,31	RESULTADO PENDENTE	400,00	-
BENS PATRIMONIAIS	1.473.386,82	1.499.096,13	DESPESAS DE SUPRIMENTO A COMPROVAR	400,00	-
VALORES	1.117,64	1.117,64	PATRIMÔNIO(ATIVO REAL LÍQUIDO)	18.434.639,89	18.630.711,09
CRÉDITOS	14.398.170,18	13.754.959,54			
TOTAL GERAL	18.493.755,17	18.742.884,58	TOTAL GERAL	18.493.755,17	18.742.884,58

#### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS

REFERÊNCIAS	PERÍODOS EM REAIS		REFERÊNCIAS	VARIAÇÕES	
	JAN A DEZ/08	JAN A DEZ/09		(EM R\$)	(EM %)
RECEITAS			RECEITAS		
ANUIDADES	3.141.081,56	3.224.241,49	ANUIDADES	83.159,93	2,6
PATRIMONIAL	214.527,26	244.201,10	PATRIMONIAL	29.673,84	13,8
SERVIÇOS	72.619,89	70.072,25	SERVIÇOS	(2.547,64)	-3,5
MULTAS E JUROS DE MORA	-	-	MULTAS E JUROS DE MORA	-	-
DÍVIDA ATIVA	681.143,10	643.210,64	DÍVIDA ATIVA	(37.932,46)	-5,6
DIVERSAS	441.138,12	291.401,12	DIVERSAS	(149.737,00)	-33,9
RECEITAS DE CAPITAL	-	340,00	RECEITAS DE CAPITAL	340,00	-
TOTAL GERAL	4.550.509,93	4.473.466,60	TOTAL GERAL	(77.043,33)	-1,7
DESPESAS			DESPESAS		
DE CUSTEIO	2.676.327,03	2.807.253,05	DE CUSTEIO	130.926,02	4,9
PESSOAL	1.336.670,73	1.472.994,72	PESSOAL	136.323,99	10,2
MATERIAL DE CONSUMO	56.249,38	49.366,25	MATERIAL DE CONSUMO	(6.883,13)	-12,2
SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	1.283.406,92	1.284.892,08	SERVIÇOS DE TERCEIROS E ENCARGOS	1.485,16	0,1
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	820.217,14	821.428,54	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.211,40	0,1
DESPESAS DE CAPITAL	114.644,75	31.353,89	DESPESAS DE CAPITAL	(83.290,86)	-72,7
TOTAL GERAL	3.611.188,92	3.660.035,48	TOTAL GERAL	48.846,56	1,4
RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	939.321,01	813.431,12	RESULTADO = RECEITAS - DESPESAS	(125.889,89)	-13,4